

Demonstração de Impacto Social: uma Contribuição para Evidenciação da Responsabilidade Social

José Ricardo Maia de Siqueira

Rio de Janeiro – RJ

Professor do Mestrado em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ¹

Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ²

jrms@facc.ufrj.br

Macelly O. Morais

Rio de Janeiro – RJ

Mestranda em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ¹

momorais@oi.com.br

Márcia Castro Silva

Rio de Janeiro – RJ

Mestranda em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ¹

marcia_cs@hotmail.com

Rodrigo Rodrigues dos Santos

Rio de Janeiro – RJ

Mestrando em Ciências Contábeis pela FACC/UFRJ¹

rdsantos@gmail.com

Resumo

Diversos autores têm evidenciado problemas na atual concepção de balanços sociais como instrumentos de avaliação pela sociedade da responsabilidade social das empresas. As críticas mais contundentes se referem à baixa padronização destes instrumentos, bem como um forte viés para potencialização de resultados corporativos que leva a uma ênfase desproporcional dos aspectos sociais positivos das operações das organizações. Este trabalho parte da análise de documentos considerados como representativos dos anseios da sociedade e identifica demandas sociais genéricas e específicas. Com base nestas últimas é proposto um relatório social, denominado Demonstração de Impacto Social, dividido em 6 capítulos – Identificação da Empresa, Relação Capital-Trabalho, Impacto Ambiental, Impacto na Sociedade, Desenvolvimento Econômico e Declaração – e composto por um total de 91 indicadores, voltado para empresas industriais, que tem por objetivo oferecer uma informação abrangente e com um bom nível de padronização, permitindo comparações entre diferentes organizações.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Balanço Social. Evidenciação.

Abstract

Many authors have been discussing problems with the current conception of social balances being used by society as assessment tools of companies' social responsibility. The hardest criticism refers to these instruments' low standards, as well as to the strong trend towards enhancing the good corporate results, which in turn leads to an oversize emphasis of the positive social aspects of the organizations' operations. This study stems from an analysis of documents considered to represent the society wishes and it identifies general and specific social demands. Based on these, a social report is proposed - the Social Impact Demonstrative, which will be divided into 6 chapters: Company Identification, Capital-Labor Relationship, Environmental Impact, Impact on Society, Economic Development and Reporting – and it is composed by a total of 91 indexes targeting industrial businesses, and it aims at offering comprehensive information with a satisfying level of standardization, allowing comparisons among different organizations.

Key words: Social Responsibility. Social Balance. Disclosure.

1. Balanço Social: Conceito e Críticas

O balanço social é o relatório que “visa dar informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa para a sociedade em geral, tais como: quantidade de funcionários (entrando e saindo), gastos com treinamento, benefícios sociais espontâneos etc.” (MARION, 2003, p. 486).

Este conceito relativamente simples fornece duas informações relevantes quanto ao instrumento denominado balanço social. Primeiramente, identifica o objetivo deste relatório: dar informações relativas ao desempenho econômico e social da empresa. A questão do desempenho econômico, apesar de não ser o cerne desta demonstração, encontra respaldo nas palavras de Drucker (2001, p. 89) ao afirmar que a “sociedade não tem nada a ganhar e tudo a perder, se a capacidade da instituição de desempenhar sua tarefa específica for reduzida ou prejudicada”. Ou seja, exceto para as empresas consumidoras de valor (aquelas que mais retiram do que dão para a sociedade), o pior que uma organização pode fazer é deixar de existir.

A segunda informação relevante refere-se a quem se destina o balanço social e, conseqüentemente, qual seu conteúdo informativo. Tinoco (2001, p. 34) destaca alguns usuários do balanço social; são eles: trabalhadores, clientes, acionistas, sindicatos, autoridades trabalhistas, o Estado, comunidade local, pesquisadores, professores e formadores de opinião. Ou, nas palavras do conceito anteriormente exposto, a sociedade em geral.

Por ser um grupo tão heterogêneo e com interesses difusos, parece óbvio que o conjunto de informações a ser oferecido será consideravelmente amplo. Tinoco (1984, p. 31-32), em um trabalho anterior, já destacava esse aspecto ao afirmar que o propósito desses relatórios é gerar informações de cunho social, tais como aquelas relativas a: emprego, condições de higiene e segurança no trabalho, formação de mão-de-obra, relações profissionais e outras. Isto só para mencionar o universo das relações trabalhistas, não podendo se esquecer as preocupações redistributivas da atividade econômica, das questões ambientais e das relações com a comunidade.

No entanto, apesar da necessidade de se evidenciar amplamente o impacto das organizações empresariais na sociedade, o que vem sendo observado nos relatórios sociais publicados é uma tendência de valorização da divulgação dos aspectos positivos em detrimento dos negativos. Comportamento já evidenciado em outros trabalhos (GUTHRIE e PARKER, 1990; DEEGAN e GORDON, 1996; HACKSTON e MILNE, 1996). Deegan e Gordon (1996, p. 198) chegam a afirmar que os relatórios de cunho social “são tipicamente autopromocionais, com pouca ou nenhuma evidência negativa sendo feita pelas firmas participantes do estudo”.

Estudos brasileiros também têm apontado para a existência de problemas nos balanços sociais publicados por empresas nacionais. Oliveira (2003), em um estudo onde analisou 95 balanço sociais coletados entre as 500 maiores empresas S. A. não-financeiras segundo o *ranking* da FGV, detectou uma exposição falha dos aspectos negativos da gestão empresarial, onde se notou uma tendência para que estes sejam apresentados de uma forma defensiva. Para o autor, muitas “vezes os balanços sociais podem refletir uma falsa realidade, mostrando aquilo que as empresas acham que iria agradar aos *stakeholders*” (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

Em uma análise de balanços sociais publicados por empresas catarinenses, destacou-se que muitas informações relevantes foram omitidas de todos os relatórios analisados, nenhuma informação que pudesse denegrir a imagem da empresa foi apresentada e não há informações sobre passivos ambientais. Concluiu-se, portanto, que “as informações fornecidas pelas empresas ainda não atingiram o nível desejado de acordo com as recomendações encontradas na literatura” (PINTO e RIBEIRO, 2003, p. 13).

Tem-se uma grave distorção aqui, se o que se deseja é a criação de um relatório que vá ao encontro das necessidades dos usuários. Os relatórios sociais não devem existir para promover a empresa, mas sim para relatar a interação entre empresa e sociedade. Se sua atuação social for positiva, isto deverá se refletir positivamente nos indicadores do relatório; caso contrário, os indicadores deverão apontar em direção a um desempenho negativo. Logo, o que deve promover a organização é sua ação positiva em relação à sociedade, e não a apresentação enviesada de um balanço social. Caso o caminho seguido seja este último, se estará agredindo o último dos requisitos do tripé objetividade-praticabilidade-utilidade apontado por Szuster e Monteiro (1989, p. 45).

Pode-se alegar, ainda, que as empresas não podem divulgar o que não existe. Afinal, se não existem contribuições negativas das organizações à sociedade, estas não podem ser externadas. Contudo, esta linha de argumentação é falha, a existência de uma empresa desempenhando sua atividade econômica afeta o ambiente ao redor, tanto positivamente quanto negativamente. O que muda é o grau desse impacto. Mesmo uma organização prestadora de serviço com baixo potencial de poluição consome recursos escassos, como água e energia elétrica. Não é por acaso que o consumo de ambos os recursos é incluído como indicadores em algumas propostas de relatórios sociais (GRI, 2002, p. 49; ETHOS, 2002, p. 27).

No próprio conceito de balanço social anteriormente apresentado se encontra implícita uma preocupação com a evidência de aspectos socialmente negativos. O autor, ao listar três singelos exemplos de informações contidas nesse tipo de relatório, teve o cuidado de pôr logo no primeiro caso uma pequena observação: é importante divulgar a quantidade de funcionários saindo da organização. Em um país onde se tem um elevado número de desempregados e onde a geração de empregos é a principal demanda para uma parcela considerável da população (GOIS, 2002, p. 20), o número de empregados saindo, principalmente por demissão, é realmente uma informação relevante. É importante notar que uma ação perfeitamente legítima dentro da lógica capitalista tem a capacidade de gerar um ônus social; logo, essa informação, aliada a diversas outras, não pode deixar de constar em um balanço social.

Além de um viés favorável às empresas, outros problemas têm sido detectados nos relatórios sociais brasileiros. O primeiro deles refere-se à comparabilidade, ou seja, diversos estudos têm apontado para uma baixa comparabilidade entre as diferentes abordagens de balanços sociais (PINTO e RIBEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2003; GUARNERI, 2001; SILVA *et alii.*, 2001). Outro aspecto se refere à pequena abrangência destes instrumentos, que não fornecem um conjunto rico e suficiente de informações que englobe os diferentes aspectos da vida em sociedade (OLIVEIRA, 2003). Por último, tem-se verificado a existência de uma baixa transparência nestes relatórios em função, notadamente, do baixo nível quantitativo e qualitativo de notas explicativas (PINTO e RIBEIRO, 2003).

O que tem sido observado é que os balanços sociais em seu estágio atual, sem uma regulamentação, sem exigência de prazo, sem uma maior padronização, com sua alta qualidade gráfica, aliados à baixa preocupação com o relato dos aspectos negativos da atividade empresarial, se aproximam mais de um instrumento de *marketing* do que de uma demonstração do impacto social. Informação corroborada pelas opiniões expressas em outros trabalhos (HINES, 1991; HARTE e OWEN, 1992; FREIRE e REBOUÇAS, 2001; ZANELLA e DAVID, 2002).

Conseqüentemente é de fundamental importância que “os profissionais da contabilidade tenham cada vez mais na sua consciência a idéia de que o produto de seu trabalho só tem mérito e utilidade na medida em que exista utilidade para os usuários do seu produto” (IOB, 2002, p. 6).

2. Metodologia

Para elaborar um modelo que vá ao encontro das necessidades da sociedade foi empreendida, para fins deste trabalho, a busca de documentos que, por sua amplitude, fossem representativos das demandas difusas da sociedade. Com base na análise desses documentos se procurou identificar as demandas da sociedade que serviriam de suporte para a elaboração de indicadores que irão compor o modelo de balanço social.

As propostas de balanços sociais foram consideradas na construção do modelo, pois, além da natureza deste trabalho, trata-se de documentos que vão ao encontro dos anseios que emanam da sociedade, pois são frutos da interpretação destes anseios por setores representativos do extrato social. Oferecem ainda como vantagem adicional um conjunto de indicadores que podem ser analisados, aproveitados e adaptados, para construir uma proposta que atinja os objetivos a que este trabalho se propõe. O modelo que nasce de tal processo torna-se uma alternativa ao Balanço Social Abrangente proposto por Silva e Freire (2001).

Os documentos que serviram de base para a identificação das demandas sociais foram: Proposta Ethos de Balanço Social, Modelo Ibase, Projeto de Lei 32/99, Modelo Francês de balanço social, Modelo Português de balanço social, Modelo Belga de balanço social, Agenda 21, SA 8.000 e ISO 14.001.

2.1. Proposta Ethos de Balanço Social

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, “destinada a fomentar o desenvolvimento da cidadania empresarial, (...) numa perspectiva local e global, a fim de assumir a promoção do desenvolvimento econômico com responsabilidade social” (ETHOS, 2002a). Sua proposta de balanço social é de grande importância, pois, além de retratar as opiniões de um grupo influente na sociedade, reflete de forma estruturada e adaptada à realidade brasileira as propostas do *Global Reporting Initiative*.

2.2. Modelo Ibase de Balanço Social

O Ibase começou a surgir no final da década de 1970 quando o exilado Carlos Afonso contactou os também exilados Herbert de Souza, Marcos Arruda e Paulo Freire, propondo a sua criação. A idéia era o surgimento de uma organização que serviria de suporte aos movimentos sociais coletando informações, acompanhando as políticas governamentais e realizando análises socioeconômicas (FICO, 1999). O Ibase iniciou suas atividades em 1981, com o suporte financeiro de organizações humanitárias da Holanda, Canadá e Estados Unidos. Com o passar dos anos a postura do Ibase se modificou e deixou de ser uma mera instituição de apoio, passando a atuar intensamente na vida política e social do Brasil. Tal participação se dá principalmente através de campanhas, dentre as quais se destaca a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (CARVALHO, 1999).

O Ibase é possivelmente uma das organizações não governamentais mais atuantes no país e possui uma posição de destaque no esforço da sociedade em mitigar as fortes discrepâncias sociais existentes. É extremamente louvável seu esforço na divulgação do conceito de balanço social no país, notadamente, entre o meio empresarial brasileiro. Seu modelo de balanço social é considerado por alguns como o de maior penetração nas empresas brasileiras (ZANELLA e DAVID, 2002, p. 2).

2.3. Projeto de Lei 32/99

Trata-se da reapresentação pelo deputado Paulo Rocha do Projeto de Lei 3.116 que propunha a criação do balanço social para as empresas brasileiras que, entre outros objetivos, “contribuirá (...) como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania” (BRASIL, 2002).

2.4. Modelo francês de Balanço Social

O balanço social francês — regulamentado pela lei 77.769, promulgada em 12 de julho de 1977 — é uma inspiração para a ocorrência do mesmo tipo de manifestação em outros países — inclusive o Brasil. Já foi seguido na mesma direção por Portugal e Bélgica. A grande vantagem na inclusão de modelos estrangeiros nesta seleção é a possibilidade de conseguir novas contribuições não contempladas nos modelos nacionais.

2.5. Modelo português de Balanço Social

O modelo português foi promulgado pela Lei 141 de 14 e novembro de 1985 — e alterado pelo Decreto-lei nº 9 de 1992 — e é constituído por cinco capítulos que tratam prioritariamente da relação capital-trabalho.

Apresenta alguns indicadores bastante interessantes, como o Leque salarial interpretativo, que se trata de um quociente entre o maior e o menor vencimento líquido, retirando-se os 5% mais elevados e os 5% mais baixos, o que permitiria uma análise de tal variabilidade, descartando-se possíveis *outliers*.

2.6. Modelo belga de Balanço Social

O modelo belga de balanço social foi instituído em 4 de agosto de 1996 através de decreto real e é obrigatório para todas as empresas. Tal qual seu congênere francês, é um balanço social voltado exclusivamente para a relação capital-trabalho.

2.7. Agenda 21

A Agenda 21 foi aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — CNUMAD — realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a participação de 178 países. A relevância de tal documento se encontra no fato deste ser o resultado daquela que é considerada a maior conferência já realizada no âmbito da ONU, além de conjugar temas relevantes para a sociedade, como: crescimento, disparidades sociais e meio ambiente. Nas palavras de Barbieri (2000, p. 13), trata-se de um programa de ação abrangente que objetiva “guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável”.

2.8. SA 8.000

A SA 8000 é uma certificação criada em 1997 por The Council Economic Priorities Accreditation Agency — CEPAA — com o objetivo de atestar que na cadeia produtiva de uma organização não existem ocorrências anti-sociais. Para atender este objetivo, o documento foi dividido em quatro capítulos — Objetivo e Escopo, Elementos Normativos e Suas Interpretações, Definições e Requisitos para Responsabilidade Social — com um total de 36 itens no último dos capítulos, definindo as condições necessárias para que uma empresa seja socialmente responsável.

2.9. ISO 14.001

Uma análise mais atenta da norma SA 8000 levará à conclusão de que há uma lacuna em seu corpo estrutural — ela não aborda a questão ambiental. Portanto, em função de a SA 8000 ter sido criada com base na série ISO 14000 (CRA, 2001, p. 6) e da relevância da questão ambiental, foi agregada a esta relação de documentos a norma ISO 14001.

2.10. Demandas genéricas e específicas

O pressuposto básico que está sendo adotado aqui é que esses documentos preparados por grupos organizados da sociedade refletem demandas dos segmentos que representam. Assim, para a construção deste modelo de balanço social serão identificadas estas demandas que nortearão a composição dos indicadores.

Para atingir o objetivo de identificação das demandas sociais, foi construído um conjunto de demandas genéricas. Estas, por serem muito amplas, não são detalhadas o suficiente para identificar anseios específicos da sociedade e sugerir indicadores; contudo, com auxílio delas foi possível identificar e elencar demandas mais detalhadas que permitiram a construção do modelo. Estas serão chamadas de demandas específicas.

No Quadro 1 pode-se observar um resumo das demandas específicas identificadas. Foram destacadas sete demandas genéricas — combate à pobreza e à fome, diminuição no consumo de recursos da natureza, melhoria da qualidade de vida, proteção aos grupos vulneráveis, redução da degradação ambiental, redução na emissão de poluentes e reforço de valores que apóiem uma maior responsabilidade social — que agrupam um conjunto de 49 demandas específicas. Entre este grupo de demandas específicas podem-se encontrar diferentes níveis de abrangência. Isto ocorre porque muitas vezes com a leitura dos documentos se encontravam demandas com menor nível de detalhamento, o que conduzia a uma demanda mais abrangente.

Quadro 1: Demandas Específicas
- Aumento no Nível de Renda dos Trabalhadores
- Melhoria do Nível Educacional e Cultural dos Trabalhadores
- Melhoria na Distribuição de Renda
- Redução da Fome
- Estimular o Uso Eficiente da Energia
- Estimular o Uso Eficiente de Recursos Naturais
- Redução do Desperdício na Produção
- Apoio na Obtenção de Moradia
- Criação de um Ambiente Seguro, Limpo e Saudável
- Incentivo ao Esporte e Lazer
- Melhoria no Ambiente de Trabalho e Redução do Absenteísmo
- Apoio à Mulher
- Apoio aos Deficientes
- Apoio aos Jovens
- Apoio aos Negros e Pardos
- Expansão das Áreas Florestais
- Incentivo à Prática de Manejo Florestal
- Introdução de Produtos/Serviços Ambientalmente Saudáveis
- Diminuição da Agressividade das Embalagens

- Manejo Adequado de Substâncias Tóxicas e Radioativas
- Redução nas Emissões Atmosféricas
- Redução na Geração de Resíduos
- Desenvolvimento de Ações e Campanhas Informativas
- Estímulo a um Comportamento Socialmente Responsável

3. Linhas Gerais do Modelo

As linhas gerais aqui relacionadas representam detalhamentos dos pressupostos estabelecidos neste trabalho para a construção do modelo proposto. Elas explicam, com maior riqueza de detalhes, o fio condutor que norteou a construção da proposta aqui apresentada.

3.1. Obrigatoriedade

Muitos têm se manifestado pela voluntariedade na publicação dos balanços sociais (PEROTTONI e CUNHA, 1997, p. 20; VARELA, COSTA e DOLABELLA, 1999, p. 35; PIOVESAN, SUGIZAKI E CARDOSO, 2000, p. 36) sob a alegação de que uma postura socialmente responsável é favorável às operações da empresa e, com o tempo, os empresários perceberão isto e farão suas publicações. Entretanto, isto não é consenso entre os empresários. Não há consenso sequer na comunidade acadêmica, existindo alguns estudos que não conseguem relacionar uma gestão socialmente responsável com aumento na taxa de lucratividade (AUPELLE, CARROL e HATFIELD, 1985, p. 462). Assim, só apresentarão tal publicação as empresas que têm algo a oferecer; as demais não o fariam, representando uma perda de informações relevantes para a sociedade. Conseqüentemente, é sugestão deste trabalho que a publicação dos relatórios sociais seja obrigatória.

3.2. Denominação

O balanço patrimonial é estudado dentro da área contábil em estática patrimonial e representa a situação patrimonial da empresa em dado momento. O termo balanço social remete, erroneamente, os usuários das demonstrações sociais a uma imagem análoga. Nada mais longe da verdade, já que todas as concepções de balanço social são demonstrações dinâmicas que apontam as contribuições da empresa à sociedade durante determinado período de tempo — apenas alguns indicadores qualitativos são estáticos. Esta postura é inclusive mais compatível com um gerenciamento socialmente responsável, onde a empresa deve continuamente reforçar seu compromisso com a sociedade. Assim sendo, o termo balanço social é considerado inadequado para fins deste trabalho, devendo adotar uma denominação que seja compatível com a dinamicidade da demonstração e com a postura exigida da empresa de contínua atuação gerencial. Conseqüentemente, é proposta deste trabalho a adoção do termo Demonstração de Impacto Social, uma vez que este relatório pretende justamente demonstrar isto, o impacto — positivo ou negativo — das operações empresariais na sociedade.

3.3. Estrutura da demonstração

As quatro vertentes propostas pela FIPECAFI (2000, p.31) devem ser contempladas por esta demonstração. Contudo, para obter uma maior compatibilidade com a denominação proposta no item anterior, sugere-se a modificação de suas denominações para Impacto na Sociedade, Relação Capital-Trabalho e Impacto Ambiental. A vertente representada pela Demonstração do Valor Adicionado estará inserida no item Relação Capital-Trabalho, uma vez que as preocupações redistributivas das operações da organização estão intimamente relacionadas com a replicação — ou não — das distorções da sociedade dentro do ambiente interno da organização.

3.4. Pressuposição do usuário

Esta demonstração será construída visando atender às demandas de usuários com bom nível intelectual, sem formação formal em contabilidade e disposto a um esforço mental considerável para sua correta leitura e interpretação. Está em consonância, portanto, com o perfil relatado por Kam (1986, p. 49).

3.5. Abordagem dialética

Os balanços sociais dão pouca relevância às externalidades, e, assim, a convenção do conservadorismo será de grande utilidade nesta proposta de modelo, pois levará a uma abordagem dialética à demonstração social, onde através do conflito entre partes opostas se chega a uma expressão mais completa da realidade. Desse modo, o modelo aqui proposto externará indicadores mais conservadores — do ponto de vista contábil — do que os existentes nas publicações atuais. O objetivo é duplo: fazer com que as externalidades do processo produtivo cheguem ao usuário e forçar um maior uso de notas explicativas e maior vínculo entre a demonstração e o texto de suporte. O uso da Internet facilitaria ainda mais a introdução das Notas Explicativas, que poderiam estar vinculadas aos indicadores através de *links*.

3.6. Preenchimento dos campos

Todos os campos devem sempre ser preenchidos, indicando aos usuários que nenhum item foi omitido. Quando não houver evento no ano referente ao campo requisitado, a empresa deve preencher com 0 (zero) ou com a sentença "Não Aplicável", indicando ao usuário que a empresa não tem nada a relatar em relação àquele indicador. Ao contrário de Piovesan, Sugizaki e Cardoso (2000, p. 36), que afirmam que o balanço social "não pode refletir o que não foi feito", o entendimento neste trabalho é de que isto é não só

possível, como desejável. Através da existência de indicadores preenchidos com 0 ou “Não Aplicável” se estará passando uma informação positiva ou negativa para a sociedade.

3.7. Benchmark histórico

No trabalho de Freire e Rebouças (2002, p. 101) se encontra o conceito de memória social, que se refere a informações relevantes à sociedade e às organizações que devem ser preservadas. Este trabalho leva este conceito a um novo patamar, trazendo para dentro da estrutura do modelo informações relevantes referentes à empresa que poderão ser utilizadas nas análises feitas pelo usuário. Tem-se assim um *benchmark* histórico que permitirá ao usuário uma análise da situação atual da empresa, dado o seu compromisso com a sociedade. A quantidade máxima de funcionários de uma empresa é um exemplo deste *benchmark*, e permitiria aos usuários interessados no comportamento da taxa de desemprego acompanhar a evolução ou involução desse indicador e a drasticidade desse movimento. Além disso, ao final de cada conjunto de indicadores se encontrará o posicionamento da empresa em relação às demais no ano anterior, oferecendo mais uma opção de *benchmark*.

3.8. Retorno de recursos à empresa

Benefícios fiscais devem ser considerados como redutores de investimento na esfera social, uma vez que representam compensações oferecidas pelo Estado por uma postura pró-sociedade. Como representam uma devolução do que a empresa ofereceu, devem ser descontados do total investido. O mesmo tratamento deve ser dispensado a qualquer contraprestação entregue à empresa em função de uma ação social.

3.9. Dados não financeiros e qualitativos

Dada a natureza das demonstrações sociais, este modelo romperá com o princípio do denominador comum monetário, propondo a inclusão de dados não financeiros e qualitativos — o que é uma tendência atual da contabilidade, notadamente na chamada contabilidade gerencial. A comparabilidade será conseguida através da maior padronização das demonstrações, o que se espera obter com este modelo.

3.10. Controladas e coligadas

É entendimento deste trabalho que só devem fazer parte da Demonstração de Impacto Social as organizações controladas, já que não há preponderância de decisões em coligadas e participações minoritárias, e, conseqüentemente, não ficaria transparente se as decisões de cunho social partiram da controladora.

4. Estrutura do Modelo e Exemplos de Indicadores

O modelo de Demonstração de Impacto Social apresentado se divide em seis capítulos — Identificação da Empresa, Relação Capital-Trabalho, Impacto Ambiental, Impacto na Sociedade, Desenvolvimento Econômico e Declaração — com um total de 91 indicadores.

No primeiro capítulo — Identificação da Empresa — se encontram 15 indicadores com os objetivos de identificar a empresa que está realizando a publicação e o responsável pela elaboração do documento e de estabelecer um canal de comunicação entre organização e sociedade.

O segundo capítulo — Relação Capital-Trabalho — tem o objetivo de traçar o perfil da força de trabalho da empresa, fornecer informações sobre sua política de recursos humanos e demonstrar as características redistributivas de sua atividade econômica, entre outras informações pertinentes à relação empresa-empregado. Isto é buscado através de um conjunto de 44 indicadores.

No capítulo Impacto Ambiental se pretende demonstrar os esforços da empresa em reduzir a agressividade ambiental das operações, sua atuação conservacionista e as externalidades ambientais do processo econômico. Isto é feito através de um conjunto de 17 indicadores.

O capítulo de número quatro — Impacto na Sociedade — reflete as ações da empresa para mitigar as disparidades existentes na sociedade. Este capítulo foi estruturado de forma a possibilitar a externalização de práticas de ação social diversas desenvolvidas pelas empresas, através de um conjunto com nove indicadores.

O capítulo cinco — penúltimo da demonstração — cobre o conjunto de indicadores relacionados à atividade econômica da empresa. Este capítulo está relacionado com a transparência da saúde financeira da empresa e com a necessidade de fornecimento de parâmetros para se avaliar a representatividade dos investimentos da empresa. O respeito pelo consumidor também encontrará indicadores aqui que representam a percepção de qualidade dos bens e serviços por parte daqueles que os consomem.

O último capítulo — Declaração — é constituído, como o próprio nome diz, por uma declaração composta de dois parágrafos. No primeiro há uma afirmação de que a empresa não se utiliza de mão-de-obra infantil ou escrava, bem como reafirma seu esforço em expurgar tal prática do cenário econômico nacional. Tal parágrafo, pelo seu conteúdo, é por si só um indicador. O segundo é um compromisso com a fidedignidade das informações reportadas.

A seguir uma breve exposição de indicadores.

4.1. Indicador 2.25

As doenças profissionais representam um dos lados trágicos do processo de trabalho e podem acarretar a desconstrução da vida do trabalhador, envolvendo-os em uma “tríade de fenômenos que compreendem a dor, incapacidade produtiva e a marginalidade da condição produtiva e social” (ECHTERNACHT, 1998, p. 63). Assim, este indicador pertence a um grupo que permite verificar a eficiência da empresa na construção de um ambiente saudável para o desenvolvimento das atividades por parte dos trabalhadores.

2.25. Setores com maior frequência de doenças profissionais:

Setor	Número de Casos	Dias Perdidos

4.2. Indicadores 2.38 e 2.39

Greves, paralisações e processos trabalhistas são expressões de insatisfação dos empregados quanto à percepção de injustiças cometidas por seus empregadores. Servem, conseqüentemente, como um termômetro para medir o grau da relação entre empresa e empregados. Daí a importância de um grupo de indicadores que reflitam esta relação — onde se destaca o indicador 2.38. Se os dirigentes acharem que há excessos nestes indicadores, basta expressarem-se através de notas explicativas. Favorece-se assim a emissão de uma informação mais abrangente — através de uma abordagem dialética de contraposição de opiniões — e valoriza-se a utilização das notas explicativas, tornando-as mais ricas em termos qualitativos e quantitativos. É importante notar que o indicador 2.39 é um *benchmark* histórico.

2.38. Movimentação dos processos trabalhistas:

Processos no início do ano	Novos processos	Ganhos de Causa		Acordos	Desistência	Processos no fim do ano
		Empresa	Trabalhador			

2.39. Menor Ingresso Anual de Processos Trabalhistas:

Ano:

4.3. Indicador 2.41

É importante destacar a diferença qualitativa existente entre processos trabalhistas. Existem processos que envolvem a falta de pagamentos de direitos dos trabalhadores. Tais atos devem ser combatidos com rigor pelo uso do aparato legal de um país, mas comumente são decorrentes da queda na liquidez de uma empresa decorrente de uma competição acirrada. Outros processos de natureza bastante diferente são aqueles que envolvem abuso de poder e discriminação, cuja raiz se encontra no desrespeito aos princípios de igualdade e justiça social. Estas ações devem ser evidenciadas em um indicador à parte, já que envolvem atos que vão de encontro aos direitos humanos básicos.

2.41. Processos relacionados a abuso de poder e discriminação:

Descrição	Instauradas no ano	Em aberto
Assédio sexual		
Discriminação sexual		
Discriminação por doenças sexualmente transmissíveis		
Discriminação por preferências sexuais		
Racismo		
Outros		

4.4. Indicador 3.6

Este indicador está associado a ações ambientalmente agressivas. O indicador 3.6, referente às multas ambientais, terá seu total considerado como redutor do valor dos Investimentos na Redução da Agressividade Ambiental, já que representa uma expressão em termos monetários da extensão do acidente, feita através de representantes da sociedade.

3.6. Relação de multas ambientais:

No ano:

Data	Descrição	Valor
Total no Ano		

No ano anterior:

Data	Descrição	Valor
Total no Ano		

4.5. Indicador 3.12

A armazenagem de poluentes perigosos é uma medida desejável, mas guarda o temor de vazamento destes para natureza, notadamente se tal processo não é feito de forma adequada. Esta é a importância do indicador 3.12, que teve sua validade atestada empiricamente pelo recente acidente ecológico ocorrido na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro.

3.12. Armazenagem de resíduos perigosos e radioativos:

Cidade	Descrição das instalações de armazenagem	Substância	Quantidade

4.6. Indicador 4.3

Sugere-se a inclusão do indicador *Venda de Produtos Sociais*. Produtos sociais são aqueles vendidos com margem reduzida ou sem margem, para grupos menos favorecidos economicamente na sociedade, sem caracterização de prática de *dumping*. A finalidade deste tipo de operação não é de exercer práticas anticoncorrenciais, e sim levar o produto àqueles que precisam de seus benefícios, mas não têm acesso. A identificação de grupos carentes com posterior venda destes produtos descaracterizaria o processo como ato de *dumping*.

4.3. Venda de produtos sociais:

Produto	Caracterização como social	Quantidade	Indivíduos-ano

4.7. Indicador 4.4

O modelo IBASE já destacava a preocupação da empresa em apoiar ações de voluntariado de seus funcionários; contudo, o seu indicador não dá qualquer indício de como se daria tal apoio. É entendimento adotado neste trabalho que tal apoio se dá

principalmente de duas maneiras: com liberação de recursos — físicos ou financeiros — que auxiliem o funcionário no desenvolvimento desta atividade e através da liberação de horas de trabalho para este fim. Este segundo posicionamento se baseia na premissa de que se o funcionário pode sacrificar seu tempo para este fim a empresa também pode. Assim, a empresa pode ceder o mesmo número de horas que o funcionário cedeu de seu tempo; pode modificar esta paridade de tempo; pode mantê-la, estabelecendo um teto máximo de horas a serem liberadas e assim sucessivamente. O propósito deste indicador é registrar tais ações.

4.4. Prática do Voluntariado:

Ano	Nº de funcionários	Horas cedidas
Atual		
Anterior		

4.8. Indicador 5.2

O respeito pelo cliente é parte fundamental da responsabilidade social das empresas, e este respeito pode ser mensurado através das medidas selecionadas para compor o referido indicador. Se estes indicadores — que representam apenas a opinião de uma das partes envolvidas — forem considerados muito rigorosos, a empresa pode externar sua opinião através de nota explicativa.

5.2. Indicadores de qualidade de produtos/serviços:

Descrição	Ano	Ano Ant.
Número de reclamações no SAC		
Denúncias ao PROCON		
Processos instaurados envolvendo produtos/serviços		

4.9. Indicador 5.3

O recente caso da Enron deixou claro que um forte indício de quebra da continuidade das operações é dado pelos próprios dirigentes, através da alienação de suas participações acionárias. Como o efeito da quebra de uma grande empresa é fortemente sentido não só pelos investidores, mas também por fornecedores e funcionários, é fundamental a liberação de tal informação para a sociedade, principalmente com o crescimento da distribuição de opções sobre ações como parte da remuneração.

5.3. Quantidade de Ações/Quotas Vendidas pelos Dirigentes da Empresa:

no Ano:

Ano Anterior:

5. Conclusões

O modelo aqui proposto é uma mudança considerável em relação à atual prática de mercado. Ele contempla a totalidade das vertentes relacionadas pela Fipecafi, fornecendo um conjunto amplo de informações sociais. Inclui inclusive um grupo adicional de indicadores relacionados ao desenvolvimento econômico da empresa, demonstrando preocupação com a continuidade das operações, dado o ônus social causado pelo fechamento da empresa.

Dada a premissa adotada de que as empresas se esforçam por mostrar bons indicadores, optou-se por enfatizar o uso de indicadores conservadores — no sentido contábil — que indiquem, entre outros aspectos, nível de tensão na relação capital-trabalho (greves, processos trabalhistas etc.), agressão ao meio ambiente (acidentes ecológicos, multas ambientais etc.) e tensões na relação com o cliente (reclamações no SAC e denúncias ao Procon etc.). A idéia é fazer a empresa se manifestar através de notas explicativas sobre tais aspectos, dando uma característica dialética a esta abordagem de demonstração social. Assim, da contraposição entre indicadores conservadores e esclarecimentos das organizações se conseguirá uma informação mais rica para a sociedade. Como subproduto desejável se obterá uma maior riqueza nas notas explicativas e uma maior vinculação entre texto e demonstração numérica.

O *benchmark* histórico é outra contribuição relevante desta proposta. Não raras vezes os usuários das demonstrações sociais se sentem sem referencial para aquilatar a relevância da informação fornecida pela empresa. Para atender a esta necessidade, foram criados dois tipos de *benchmarks* históricos: os externos e os internos. Nos *benchmarks* externos os indicadores são cruzados com informações tabuladas de todas as empresas, compiladas dos balanços sociais do ano anterior. Desta comparação surge o decil onde se situaria a empresa, permitindo ao usuário perceber como se encontra a empresa analisada em relação às demais. Os internos são aqueles em que os resultados da empresa são confrontados com resultados históricos da própria organização.

A publicação de demonstrações sociais consolidadas, nesta proposta, se restringirá à inclusão de controladas, deixando transparente que as ações sociais foram aprovadas por quem tem preponderância nas deliberações.

Suas novas contribuições, resumidamente aqui expostas, aliadas a um grupo de indicadores inovadores e ao cuidado de manter o custo do instrumento em um nível aceitável, faz com que este modelo de Demonstração de Impacto Social represente um relevante avanço em relação à atual prática de divulgação de resultados sociais por parte das empresas.

Referências

- AUPPERLE, Kenneth E.; CARROL, Archie B. e HATFIELD, John D. "An Empirical Examination of the Relationship Between Corporate Social Responsibility and Profitability". *Academy of Management Journal*, 28 (2): 446-463, June 1985.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. Projeto de Lei 3116 de 1997. Documento obtido no site <http://www.balancosocial.org.br> em 30 de setembro de 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *O Ibase e a Democracia Brasileira*. In: FICO, Carlos. *Ibase – Usina de Idéias e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- CRA. *Responsabilidade Social: Diferencial do Terceiro Milênio*. Administração, (45): 6-7, Maio-Julho de 2001.
- DEEGAN, Craig e GORDON, Ben. "A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations". *Accounting and Business Research*, 26 (3): 187 - 199, summer 1996.
- DRUCKER, Peter. *A Administração*. São Paulo: Nobel, 2001.
- ECHTERNACHT, Eliza Helena de Oliveira. *A Produção Social das Lesões dos Esforços Repetitivos no Atual Contexto da Reestruturação Produtiva Brasileira*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1998. Tese de Doutorado.
- ETHOS, Instituto. *Guia de Elaboração do Balanço Social*. São Paulo: Ethos, 2002.
- ETHOS, Instituto. Primeiros Passos em SER. Documento obtido no site http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/primeiros_passos/como/como_etica.shtml em 2 de maio de 2002a.
- FICO, Carlos. *Ibase – Usina de Idéias e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- FIPECAFI. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*: Aplicável às Demais Sociedades. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREIRE, Fátima de Souza e REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. "Uma Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro". In: SILVA, César Augusto Tibúrcio e FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). *Balanço Social: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOIS, Ancelmo. "E Agora Lula?". *O Globo*, 78 (25.283): 20, 26 de outubro de 2002.
- GRI. *Sustainability Reporting Guidelines*. Boston: 2002. Documento obtido no site <http://www.globalreporting.org> em 23 de novembro de 2002.
- GUARNERI, Lucimar da Silva. *A Contabilidade e o Desenvolvimento Sustentável: Um Enfoque nas Informações Contábeis, Sociais e Ambientais da Indústria Siderúrgica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- GUTHRIE, J. e PARKER, L. D. "Corporate Social Disclosure Practice: A Comparative International Analysis". *Advances in Public Interest Accounting*, (3): 343 - 352, 1990.
- HACKSTON, D. e MILNE, M. J. "Some Determinants of Social and Environmental Disclosures in New Zealand Companies". *Accounting, Auditing e Accountability Journal*, 9 (1): 77 - 108, 1996.
- HARTE, G. e OWEN, D. L. "Current Trends in Reporting of Green Issues in the Annual Report of United Kingdom Companies". In: Owen, D. L. (Org.) *Green Reporting - Accountancy and the Challenge of the Nineties*. Londres: Chapman and Hall, 1992.
- HINES, T. "The Wider Issues". *Certified Accountant*, p. 38 - 41, abril 1991.
- IOB. "Contabilidade: Teoria X Prática". *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*, 36 (7): 1-7, fevereiro de 2002.
- KAM, Vernon. *Accounting Theory*. Nova York: John Wiley e Sons, 1986.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, José Antonio Puppim. "Um Balanço dos Balanços Sociais das 500 Maiores Empresas S.A. Não-financeiras do Brasil". *Anais do Enanpad 2003*. Atibaia: 2003. Texto em CD-ROM.
- PEROTTONI, Marco Antônio e CUNHA, Aromildo Sprenger da. "Balanço Social". *Revista Brasileira de Contabilidade*, 26 (104): 12-20, março-abril 1997.
- PIOVESAN, Mara Cristina; SUGIZAKI, Edson e CARDOSO, Neuza Dornas. "Balanço Social". *Enfoque Reflexão Contábil*, 19 (2): 28-47, julho-dezembro 2000.
- PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maisa de Souza. "O Balanço Social como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social: Um Estudo no Estado de Santa Catarina". *Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. São Paulo: 2003. Texto em CD-ROM.
- SILVA, Ana Paula Ferreira da et alii. "A Demonstração de Valor Adicionado como Alternativa de Medição do Desempenho Gerencial: Um Estudo Comparativo entre Demonstrações Nacionais e Internacionais". *Anais do 1º Seminário USP de Contabilidade*. São Paulo: 2001. Texto em CD-ROM.
- SILVA, César Augusto Tibúrcio e FREIRE, Fátima de Souza. "Balanço Social Abrangente: Um Novo Instrumento para Responsabilidade Social das Empresas". *Anais do Enanpad 2001*. Campinas: 2001. Texto em CD-ROM.
- SZUSTER, Natan e MONTEIRO, Deny R. "O Impacto da Inflação na Análise das Demonstrações Financeiras". *Conjuntura Econômica*, 43 (8): 45-54, ago 1989.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: Uma Abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade*. São Paulo: USP, 1984. Dissertação de Mestrado.
- VARELA, Patrícia Siqueira; COSTA, Raquel da Ressurreição e DOLABELLA, Maurício Melo. "Balanço Social: Demonstrativo da Função Social da Empresa". *Contabilidade Vista e Revista*, 10 (2): 28-35, setembro 1999.
- ZANELLA, Fernando Caputo e DAVID, Afonso Rodrigo de. "O Balanço Social como Fonte de Investigação Científica: A Relação entre Lucros e Salários". *Anais do 26o. Enanpad*. Salvador: 2002. Texto em CD-ROM.

Notas de rodapé:

¹ FACC/UFRJ – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP: 21.941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

² COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP: 21.945-970 – Rio de Janeiro – RJ.